

EDcl nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.690.350 - SP (2017/0206183-6)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
EMBARGANTE : MANUEL DIAMANTINO DIAS DE SOUSA (FALECIDO)
EMBARGANTE : SUELY MARIA BORMIO DE SOUSA
ADVOGADOS : RENATA VILHENA SILVA - SP147954
RENATA SO SEVERO - SP310899
LETÍCIA FERNANDES CABOATAN - SP381406
EMBARGADO : UNIMED DE LINS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
ADVOGADOS : RICARDO SORDI MARCHI - SP154127
GUSTAVO ALTINO DE RESENDE - SP270715

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por MANUEL DIAMANTINO DE SOUSA (FALECIDO) e SUELY MARIA BORMIO DE SOUSA em face da decisão acostada às fls. 602/604, e-STJ, da lavra deste signatário, que, reconsiderando decisão de fls. 571/574, e-STJ, determinou a devolução dos autos ao Tribunal de origem para que o presente recurso permaneça suspenso até o pronunciamento definitivo do STJ sobre o Tema 990.

Nas razões dos aclaratórios (fls. 608/616, e-STJ), aponta omissão quanto ao registro do medicamento perante a ANVISA no curso da demanda.

Impugnação às fls. 620/624, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

Os aclaratórios comportam parcial acolhimento.

1. Cumpre ressaltar, inicialmente, que, nos termos do artigo 493 do CPC/15, os fatos constitutivos, modificativos ou extintivos do direito, supervenientes à propositura da demanda, devem ser considerados, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a decisão.

Ademais, conforme artigo 1.034 do CPC/15 e Súmula 456/STF, admitido o recurso, o causa deve ser julgada, aplicando-se o direito à espécie.

Feitas estas considerações, passa-se à análise da omissão apontada.

2. Com efeito, verifica-se não ser o caso de devolução dos autos à origem, tendo em vista que o **Tema 990** já foi julgado em sede de recurso repetitivo. Assim, com fundamento no art. 259, *caput*, do RISTJ, reconsidero a decisão monocrática de fls. 602/604, e-STJ, e passo a novo exame do recurso especial.

3. Sustenta a embargante, em síntese, que o medicamento buscado na demanda originária foi registrado perante a ANVISA em julho de 2015 (fl. 611 e-STJ).

Trata-se, inclusive, de **fato incontroverso**, na medida em que a ora embargada também afirma (fl. 622, e-STJ) a ocorrência do registro, após o ajuizamento da demanda.

Todavia, compulsando os autos, verifica-se que o embargante MANUEL DIAMANTINO DIAS DE SOUSA, faleceu em 30/09/2015, conforme fls. 316/317, e-STJ.

Desse modo, não mais subsiste razão para o processamento do recurso especial, em razão da superveniente perda de seu objeto.

4. Do exposto, acolhem-se os embargos de declaração para tornar sem efeitos

Superior Tribunal de Justiça

a decisão de fls. 602/604, e-STJ e, com fundamento no art. 932, inciso III, do NCPC e art. 34, IX, do RISTJ, julga-se extinto o procedimento recursal, ante a perda superveniente do objeto.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator